

"O processo de reconhecimento federal do ensino superior de agronomia na Bahia: um novo papel social para o agrônomo baiano?".

Graciela de Souza Oliver

Mestre em Política Científica e Tecnológica

DGAE/IG/UNICAMP - FAPESP 00/14946-3

## Introdução

A presente comunicação tem o objetivo abordar uma parte da pesquisa sobre o papel das escolas agrícolas na consolidação da Agronomia no Brasil. Neste trabalho faço uma análise comparativa entre quatro escolas: ESALQ/USP, ENA/UFRRJ, ESAV/UFV e EAB/UFBA. Esta análise visa complementar a posição hierárquica proposta por Mendonça (1999) para as duas principais escolas, ressaltando estas instituições como produtoras de conhecimentos localmente condicionados. No caso da Escola Agrícola da Bahia, o estudo do processo de reconhecimento federal, baseando-se em documentação diversa, serve como ferramenta de análise para reconstruir os aspectos mais evidentes que compõe o processo de consolidação da agronomia. Um dos principais aspectos constitui no significado e na finalidade da atividade de ensino e pesquisa. Esta categoria de análise foi construída com base nos regulamentos escolares, nas atas da Congregação e nos relatórios das cadeiras, pesquisados durante o ano de 2002.

## Significado e finalidade do ensino e da pesquisa na Escola Agrícola da Bahia

A definição de um núcleo científico pertencente à Agronomia teve início no Brasil, possivelmente, a partir da criação dos Imperiais Institutos Agrícolas nas principais províncias entre 1859 e 1861. Somente três chegaram a funcionar - o da Bahia, do Rio de Janeiro<sup>i</sup> e do Rio Grande do Sul. Os Imperiais Institutos foram as primeiras instituições a debaterem sobre o escopo da ciência agrícola, adaptando-a aos problemas da agricultura brasileira. Eles tinham como meta a criação de escolas agrícolas anexas (Capdeville, 1991: 42), baseando-se na idéia de que o ensino dos princípios agrônômicos era o 'melhoramento' de que carecia a agricultura para racionalizar e incrementar a produção de exportação (Fiúza, 1934). Deste modo, o processo de emergência da Agronomia no Brasil busca estar a par das recentes aplicações científicas para a agricultura, desenvolvidas em diversas áreas do conhecimento científico, e aplicar esse conhecimento, ou seja, difundi-lo através do ensino em diversos níveis e tipos<sup>ii</sup>. Assim, o engenheiro agrônomo formado pela Imperial Escola Agrícola da Bahia (1877) também pertencia ao grupo daqueles que viam na ciência uma forma de efetuar melhoramentos sociais e morais no país (Turazzi, 2001).

Neste período inicial da escola baiana, a formação de nível superior era voltada aos filhos da aristocracia canavieira, os quais normalmente seguiam para o curso de Direito em Pernambuco. Nela também ministravam aulas de nível médio e elementar para administradores e feitores de campo. A escolha de formar engenheiros agrônomos, ao invés de agrônomos, pode ser entendida como uma forma de diferenciar as classes sociais existentes, as que sabem das que executam, bem como aproximar a sua formação científica da Escola Central, que em 1873 foi organizada como Escola Politécnica, encampando a corrente científicista e reagindo ao ensino puramente teórico e bacharelesco (Araújo, 2002). Deste modo, ainda que tivesse como finalidade difundir as técnicas resultantes dos princípios agronômicos já consagrados no exterior também às ‘classes menos abastadas’, houve desde o início uma brecha para que professores e alunos, ao defenderem as suas teses de conclusão de curso, pudessem contribuir para o avanço da Agronomia em terras tropicais.

Tais objetivos do ensino agrícola na Bahia estão em conformidade com as raízes rurais expostas por Sérgio Buarque de Holanda (1995), cujas contradições não tardaram a aparecer depois da Proclamação da República, tencionando para que a escola fosse um centro de altos estudos agronômicos, de preferência localizada em Salvador e formando o engenheiro agrônomo. Este profissional, receberia o *status* de cientista, um conhecedor dos princípios que regem os processos da indústria agrícola em geral. Esta formação extremamente ampla e fundamentada no estudo de várias ciências e de suas aplicações à agricultura, parece não coincidir com o objetivo restrito de formar um profissional especializado no cultivo da cana e do fabrico de açúcar nas propriedades vizinhas à escola, em São Bento das Lages no recôncavo baiano. Se nas Antilhas Inglesas, no Havai e em Java pesados investimentos governamentais, com o auxílio de associações de plantadores, engenheiros e químicos, os Engenhos Centrais eram fortemente recomendados, mostrando-se economicamente rentáveis; aqui os engenhos centrais não progrediram, sendo obrigados a retomar em suas mãos o cultivo de canas, não deixando manifestar o mesmo espírito de associação e de modernização técnico-científica tão proveitoso em outros lugares (Sawyer, 1904: 74, 108/9).

Estas diferentes motivações foram de fato expressas entre os membros do IIBA e a embrionária comunidade científica<sup>iii</sup>. A duplicidade de expectativas, ou o centro das questões que envolvem a criação e manutenção da EAB, foi de fato revelada no auge da crise da lavoura canavieira do recôncavo, em 1893, quando *alguns interessados* e diretores do IIBA concordam sobre a necessidade de reforma do ensino *Técnico (sic) e Prático*, optando apenas pelo *Teórico*, uma insistência tida como razoável para algumas cadeiras (Fiúza, 1934: 18/9). Neste contexto, é possível dizer que já existissem dois significados para a formação de engenheiro agrônomo: a primeira de caráter técnico e prático que tende para a incorporação e execução de conhecimentos já consagrados e, outra mais teórica que pretende dar continuidade aos avanços científicos e aplicações para a agricultura tropical.

Neste momento, fala-se da necessidade de avocação da escola pelo governo do estado e da sua mudança para a Capital. Em resposta a essa questão, argumentaram os diretores do IIBA que sua transferência apenas seria procedente, se ela fosse destinada para altos ensinamentos científicos e se houvesse outras escolas secundárias e elementares, que formassem técnicos para as lavouras, conforme os objetivos primordiais do IIBA que eram desconhecidos daquela ‘facção’<sup>iv</sup> (Idem). Com a não incorporação desses ideais científicos, depois de 1894, nenhum aluno novo matriculou-se na escola, abrindo nos finais de ano para exames ou concessão de diplomas aos alunos que se haviam matriculado antes de 1890. Coincidentemente, foi a partir desta década que a Escola Agrícola da Bahia perde a exclusividade, sendo criados os cursos de engenharia agrônoma nas Escolas Politécnicas nas principais cidades do sul do País, nos quais o ensino tendia aos altos estudos agrônomicos (Morimont, 1894 apud. Mendonça, 1999: 64). Depois deste período, a escola apenas diplomou 21 engenheiros agrônomos em 1923, sendo que as sucessivas turmas até 1930 não passaram de 8 diplomados.

No livro de Atas da Congregação deste período poucos assuntos incitaram uma discussão sobre os rumos da escola como o ofício do Inspetor do Serviço Agrícola do Estado, Júlio Requião, pedindo um inventário de bens, para que depois a escola fosse inspecionada, bem como a proposta de lei do Governador do Estado que mandaria entregar a propriedade agrícola de São Bento das Lages e suas dependências, excetos os laboratórios, ao Governo Federal, ambas requisições de 1924. Estas notícias traziam incertezas e abriram caminho às discussões encampadas por Arthur Torres Filho, sobre a organização e padronização dos diversos estabelecimentos de ensino agrícola<sup>v</sup>. No Arquivo Público do Estado da Bahia encontramos as respostas da comissão de professores às quinze teses elaboradas por Torres Filho, posicionando as pretensões da escola baiana em relação a sua trajetória e às propostas subentendidas nas teses<sup>vi</sup>.

Nessas respostas compreendemos que o ensino agrícola contribuiria para a emancipação econômica do país, promovendo a policultura e combatendo as imperfeições dos processos de cultivo, bem como asseguraria a produção de recursos alimentícios do globo, ao cooperar com outros países no combate às pragas e moléstias que vinham causando sucessivas e ‘funestas’ crises. Esta ‘Santa Cruzada’, à qual se entregaria a Escola Agrícola da Bahia, enquanto ‘Centro Ativo de Produção e Ensino’, teria no Agrônomo o seu principal agente. Deste título este profissional de nível superior em nada deveria se envergonhar, significando o mais alto expoente do saber em Agronomia e máximo representante da carreira agrícola. Propunham também o ensino ‘multilocular’, compreendendo diversas ciências, mas dando destaque às suas demonstrações e aplicações técnicas, além de reunir os diversos níveis de ensino e várias instalações<sup>vii</sup> num só local<sup>viii</sup>. Seu corpo docente, além de atender às atividades de ensino, deveria atender às demandas técnicas encaminhadas pelos órgãos da Secretaria da Agricultura, institutos particulares e

fazendeiros. O aspecto mais importante deste documento consiste na necessidade dos alunos desenvolverem o raciocínio intuitivo, relacionando as demonstrações práticas às exposições teóricas, tomando parte nos trabalhos da parte aplicada e assenhorando-se do ‘*modus faciendi* das operações’, ou seja, adquirindo através do treino as técnicas da agricultura científica.

Os princípios desta reorganização estavam contidos no livro de Souza Reis –*O ensino na Escola Agrícola Luiz de Queiroz-*, ao mesmo tempo em que se dizia uma adaptação brasileira ao modelo francês de ensino agrícola<sup>ix</sup>. Buscavam uma formação não muito teórica, como a que se ministrava no Instituto Nacional de Paris, mas suficiente para o ensino superior e que no futuro pudesse levar à especialização científica. Deste modo, sobre esta reorientação podemos dizer que a Escola Agrícola da Bahia terminou contraditoriamente aceitando as concepções do técnico alemão Leo Zeutnner, que dirigiu o Instituto Agrícola depois de 1904. Para ele era preciso pesquisar os princípios da agricultura tropical para depois ensina-la (Baiardi, 1999: 05). Isto se deu porque, se por um lado, as atividades científicas do Instituto Agrícola foram relevantes para a agroindústria baiana (Baiardi, 1999: 03), custaram à comunidade de professores o distanciamento do processo de afirmação do ensino superior de agricultura que unia ensino e pesquisa encampado pela ESALQ (Mendonça, 1999: 40).

Foi neste intuito que o Professor Arquimedes Pereira Guimarães foi convidado em 1927 por Anísio Spinola Teixeira, então Diretor Geral da Instrução do Estado da Bahia, para apresentar um projeto de criação do ensino profissional no Estado da Bahia. Sobre o currículo da Escola Agrícola da Bahia na década de 1920 escreveu: *As ciências agrícolas progredem rapidamente. As suas diferentes modalidades, Física Agrícola, Química Agrícola, Agricultura Especial, Zootecnia, alargaram bastante o seu campo de ação. É urgente a necessidade de se remodelar a atual seriação das matérias redefinindo completamente os programas*” (Guimarães, 1934: 40). Esta necessidade foi consubstanciada em um ante-projeto por ele escrito e comentado pelo então Diretor da Escola Agrícola de Viçosa, Peter Henry Rolfs, o qual acreditava que em quinze anos o estado da Bahia já teria desenvolvido a agricultura científica e prática<sup>x</sup>. Entre 1927 e 1930 sucederam-se diversos decretos oficializando o projeto, inclusive, destinando verbas para conduzi-lo. Com algumas resistências no próprio corpo docente, além de uma série de dúvidas sobre o local em que a escola se estabeleceria em Salvador, chegando-se a contratar Arsene Puttermans<sup>xi</sup> para reorientar a construção do Parque Agrícola de Ondina, um novo regulamento foi finalmente aprovado em 1930. Depois com a Revolução, um decreto baixado pelo Interventor Federal Arthur Neiva dissolveu a congregação<sup>xii</sup>, sendo o Secretário da Agricultura Ignácio Tosta Filho. Com a saída deste interventor federal e o início do mandato do Coronel Juracy Magalhães, o processo acelerou-se através do decreto n. 7877 de 21/12/31 que decretava a transferência imediata da escola para Salvador<sup>xiii</sup> e restituía a congregação, com base numa lei de 1923, que os considerou como

funcionários públicos. Em seguida, em abril de 1931, surge uma primeira proposta sobre de ensino agrícola no Estado, sendo assinada pelo Prof. Pedro Batista Peres. Esta proposta foi considerada como uma continuação às idéias de Arquimedes Pereira Guimarães e, de certo modo, clarificava aquelas já apontadas em 1925.

Organizada na forma de capítulos de um regulamento, esta proposta apontava a escola como Centro ‘inspirador e coordenador de todas as atividades agrônômicas do Estado’<sup>xiv</sup>. A base deste centro dar-se-ia pelo seu corpo técnico e pela orientação prática e eficaz do ensino. Seus professores não deveriam estudar apenas para as aulas, mas também para as atividades do ramo científico em que era especializado. Estes profissionais seriam integrados ao corpo docente pela contratação direta pelo Estado, sendo de preferência brasileiros, pois acreditavam já se contar com uma boa quantidade de especialistas. Como se vê, a idéia de união entre ensino e pesquisa está novamente presente, proporcionando a ‘formação do verdadeiro espírito de agrônomo entre os diplomados’. Estes, por sua vez, também especialistas, poderiam atuar na direção de grandes estabelecimentos agrícolas, como proprietários ou técnicos, professores para o ensino agrícola, diretores de estações experimentais e agrônômicas ou zootécnicas, administradores de serviços públicos ou privados de natureza essencialmente agrícola. Além desta formação a escola ofereceria cursos rápidos de apicultura, sericultura, fabrico de vinho, frutas secas, farinha de banana etc. destinados aos agricultores do Estado. Portanto, mesmo dizendo ser baseado no ensino agrícola francês, nesta proposta parece não existir a diferença entre engenheiro agrônomo e agrônomo, como a diferença entre o ensino superior e o médio, existente a princípio. Como já haviam afirmado em 1925, a contragosto do Prof Candido Ribeiro, cada país desenvolveu o seu modelo, o que no Brasil caracterizou-se pela união entre o teórico e o prático, originando a distinção entre o academicismo técnico e o científico especializado. Assim, a profissão de engenheiro agrônomo consolidou-se como um técnico generalista, cujo ensino científico muito amplo tornou-se pouco aplicado, e o agrônomo como cientista aplicado, por conhecer, saber reproduzir, demonstrar e fomentar as técnicas específicas e adaptadas às culturas regionais.

Em dezembro de 1931 estes ideais foram definitivamente incorporados ao regulamento da escola e ao encaminha-lo a Juracy Magalhães, Álvaro Navarro, agrônomo e Secretário da Agricultura, comentava: “*A crítica eu se lhes possa fazer, como sendo modernismos ou sistemas inadaptáveis ao nosso meio, não encontrará eco no espírito de que examine a questão a luz dos fatos e com isenção de animo. Si o projeto não visasse antes de tudo a adaptação às condições locais, muito longe teria ido apoiar-se o alicerce da reforma...*”<sup>xv</sup>. Quatro aspectos merecem destaque em relação ao projeto anterior: 1) a recomendação de regime de tempo integral ao corpo docente; 2) as especializações identificadas em três grupos<sup>xvi</sup>; 3) a maior parte do orçamento destinada ao pagamento dos professores; 4) a criação de um Conselho Técnico, cujos membros

nomeados pelo Secretário da Agricultura seriam recrutados entre pessoas ligadas às atividades agrícolas em geral, a fim de unir os interesses científicos e os do meio rural, separando a política da instituição das surpresas partidárias. A defesa do espírito da classe ou da carreira agrícola novamente aparece em contraposição aos profissionais formados por currículos que chegaram a abranger o estudo das estradas de ferro, como aconteceu na própria escola baiana. Querem com isto delimitar a ação do agrônomo aos problemas da produção agrícola, como estudo das pragas e doenças e beneficiamento de produtos, e não mais aos problemas gerais da agricultura como a falta de braços, as vias de comunicação e a educação do agricultor, que determinavam uma generalização científica excessiva aos currículos<sup>xvii</sup>. Desejavam criar uma ‘ciência agrícola de aplicação local’ e para isso seriam criados diversos laboratórios, nos quais se dariam as análises e pesquisas a pedido do Estado e de particulares. Contudo, já estimavam que no momento propício o Estado deveria transferir a escola para o interior do Estado.

Deste modo, a transferência para a Capital em 1931, literalmente na beira do mar, apesar de ter sido uma medida provisória, não significou a sua decadência, como muitos alunos e professores da Escola Agrônômica da Bahia/UFBA hoje podem presumir. Foi no período em que esteve em Salvador, a despeito das dificuldades institucionais e da sua localização, que se estabeleceu um ensino o mais prático possível, aliando-se aos órgãos de extensão e pesquisa federais e estaduais e adquirindo fazendas em áreas próximas a Salvador. O exercício destas atividades levaria necessariamente ao crescimento da expectativa de que a experimentação no campo se estabelecesse ao lado das salas de aulas, ou seja, o local fazendo parte do currículo. Por isso a interiorização já aparecia como uma medida necessária em 1932. Desta data até 1939 nota-se o constante aumento do corpo discente e a diversificação das procedências regionais, o que pode refletir a expansão agropecuária na Bahia e o aumento do prestígio da escola em Salvador e entre os filhos dos coronéis do sertão da Bahia. Parte desta imagem está discutida nos jornais da época, quando apresentam textos científicos, casos de reprovações e punições de alunos e na apresentação dos diplomados pela escola, a partir de 1934, uma tradição antiga entre os formandos de Direito e de Medicina.

É também desta época o decreto federal 23.979 de 8 de março de 1934 que estabelece a Escola Nacional de Agronomia (ENA) do Rio de Janeiro como modelo e cria a Diretoria do Ensino Agrícola (DEA) para fiscalizar os estabelecimentos oficiais. A atuação desta diretoria não chegou a resultar em um empecilho à Escola de Agricultura da Bahia, uma vez que as escolas não reconhecidas teriam de seis a dez anos para tornarem-se equiparadas à ENA, através de sucessivas fiscalizações provisórias. Entretanto, uma forte pressão por parte do corpo docente da escola pode ser observada nos relatórios de cadeiras para que fosse criado um espaço apropriado, para a contratação de mais professores, e em outros documentos, para a legalização da matrícula discente e

do registro dos diplomas de alguns professores no Ministério da Agricultura. Primeiramente, discutiram sobre o novo local, escolhendo Cruz das Almas, depois teve início o processo de desapropriação das terras da família Passos, começando as obras e, finalmente, o decreto de 1939 que criava a Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia, oficializando também seu novo regulamento.

Entretanto, mesmo que tenha sido criado para atender ao último prazo para a equiparação dado pela DEA este regulamento não foi aprovado. Essa notícia pode ter abalado os poderes políticos e colocado dificuldades para a finalização das obras da nova escola. Ao que tudo indica a criação da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) em 1941 também pode ter precipitado a mudança da escola nesta mesma dada sem que as obras tivessem sido finalizadas. As modificações do regulamento aparecem em 1944, o qual também não recebeu aprovação. Esta só foi efetivada em 1946, cujo regulamento é bem mais completo nas temáticas e conteúdos abordados. Neste, notamos várias modificações como a mudança de nome para Escola Agrônômica da Bahia, a criação da Semana do Fazendeiro, o estabelecimento das obrigações e deveres dos professores assistentes e a aceitação do modelo de regulamento da ENA de 1934, no que concerne à estrutura curricular, parâmetros para a matrícula, exames e organização de concursos. No entanto, ao mesmo tempo em que cedeu à supervisão da SEAV e ao modelo curricular da ENA, a Escola Agrônômica da Bahia manteve o mesmo objetivo de formar agrônomos num centro de pesquisa agrônômica, mantendo também algumas atribuições do Diretor e a autoridade do Secretário da Agricultura no reconhecimento dos diplomas naquela repartição pública.

#### O papel do agrônomo na sociedade baiana depois de 1930

O processo de reconhecimento federal da escola propõe uma aproximação aos ideais do ruralismo, sendo a escola o centro difusor do ensino e o agrônomo o principal agente. A escola da Bahia vê seu ideal concretizado no seu corpo docente que ampliou as suas atribuições voltando-se para a pesquisa de caráter regional. Ao final do reconhecimento nota-se que a palavra de agrônomo define o verdadeiro espírito da classe, a “racionalização da agricultura regional”. Entretanto, a cristalização dos currículos, de certa forma generalista, por um lado conteve os interesses em pesquisas muito específicas que poderiam fugir aos interesses gerais de promover e sustentar a agricultura brasileira como uma indústria indispensável ao desenvolvimento da nação<sup>xviii</sup>. Sob outro ponto de vista, ao lado da defesa da escola como instituição de pesquisa, a cristalização dos currículos foi tencionando para que os recém diplomados fossem desenvolvendo a sua carreira científica em órgãos de experimentação estaduais, atendendo à necessidade de diversificação de um aparelho burocrático ainda em formação, que buscava aproximar-se e desenvolver as demandas técnicas dos agricultores, cedendo também ao projeto de cooperativização do campo<sup>xix</sup>. Além

disso, a impossibilidade de criar novas disciplinas mais específicas restringiu o ingresso em maior quantidade dos diplomados no quadro docente da escola, ainda que este fosse em sua totalidade constituído de ex-alunos principalmente depois das contratações de 1932, 1942, 1946 e 1953. Assim, nas carreiras docentes nota-se uma ascensão do professor assistente ao professor catedrático em cerca de dez a vinte anos. Portanto, observamos através da constituição da escola agrícola de ensino superior como centro do conhecimento agrônômico que o papel do agrônomo baiano manteve-se como o de um cientista, acentuando-se depois de 1930, buscando atualização e especialização, mas tendendo a divisão entre ensino e pesquisa a partir da atuação da SEAV e da consagração de algumas carreiras científicas fora da escola.

## Bibliografia

- AMARAL, Luiz. *História Geral da Agricultura Brasileira*. No triplice aspecto político-social-econômico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958 (1940/41).
- ARAUJO, Nilton. “A Escola Agrícola de São Bento das Lages: atividades científicas no recôncavo baiano de 1877 a 1904”, *Relatório de Iniciação científica apresentado ao CNPq*, junho 2002.
- BAIARDI, Amilcar. “O papel do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura na formação da comunidade de ciências agrárias, da Bahia, 1859 -1930”, *Anais do VII Seminário Nacional de História da Ciência e da Técnica*, São Paulo:EDUSP, 1999.
- CAPDEVILLE, Guy. *O ensino Superior agrícola no Brasil*, Viçosa: Impr. Univ, 1991.
- DOMINGUES, Heloisa B. *Ciência um caso de política: As relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil – Império*, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1995.
- FIUZA, Sabino M. “Apontamentos Históricos sobre a Escola Agrícola da Bahia”, *Anuário da Escola Agrícola da Bahia*, 1934.
- GUIMARÃES, Arquimedes Pereira “Subsídios para a História da Escola Agrícola da Bahia”, *Anuário da Escola Agrícola da Bahia*, 1934.
- HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SAWYER, Frederic H. *Estudo sobre a Indústria Assucareira no Estado de São Paulo comparada com a dos demais países*. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, São Paulo: Tpy. Brasil, 1905.
- MENDONÇA, Sonia Regina. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.
- TURAZZI, Maria I. “A Exposição de obras públicas de 1875 e os produtos da ciência do engenheiro, do geólogo e do naturalista”. In: *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*, Rio de Janeiro: Access, 2001.

---

<sup>i</sup> Este tema foi parcialmente desenvolvido por Domingues (1995) sobre o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.

<sup>ii</sup> O ensino agrícola como a ‘divulgação do progresso’, talvez tenha sido o primeiro movimento em direção à aplicação de ciência na agricultura, tentando romper e penetrar no mundo dos agricultores, onde poucos estavam em condições de compreender e propagar o progresso já proposto pelas investigações agrônômicas (Larbalétrier, 1888, apud. Amaral, 1958: 261).

<sup>iii</sup> Quem primeiramente chamou atenção para este debate foi Araújo (2002: 13).

<sup>iv</sup> Diretor e corpo docente da escola estavam subordinados à superintendência da Escola composta por membros do IIBA

<sup>v</sup> AS 15 teses organizadas por Arthur Torres Filho foram encaminhadas à congregação em 17 de agosto de 1925.

<sup>vi</sup> APEB, Fundo SAIC, *Regulamentação do Ensino Agrônômico (Teses organizadas por Dr. Arthr Torres Filho)*, 1925, Caixa 2466, maço, 284, Doc. 1422.

<sup>vii</sup> Incluía uma Fazenda Modelo, Estação Agrônômica, Posto Zootécnico, Estação de Monta, Observatório Meteorológico, Hospital Veterinário, Pavilhões de Química, Física Experimental, Botânica, Tecnologia Industrial e de Agricultura

<sup>viii</sup> Como consta na resposta a segunda tese inspirando-se em um regulamento de uma escola da Nação, que acredito ser a ESALQ: “Todos os laboratórios, instalações e mais elementos de um curso deverão, quanto possível estar reunidos em torno do mesmo lente e serão estabelecidos de modo a haver entre eles perfeita ligação, como partes integrantes do mesmo todo”, p. 11.

<sup>ix</sup> No primeiro anuário da Escola Agrícola da Bahia em 1934, no qual o professor Sabino Fiúza faz uma reconstituição da história da escola depois de 57 anos de sua existência, este professor lamenta a atitude do governo em 1904 de criar uma escola média, justamente na época em que floresciam outras escolas aos moldes da primeira escola superior de agricultura baiana, mas entendia que esta havia sido a única maneira de preservar aquele patrimônio. Neste trecho, provavelmente, Sabino Fiúza está se referindo a ESALQ e de certa forma referendando seu sucesso na década de trinta.

<sup>x</sup> Carta de P.H. Rolfs a A. P. Guimarães datada de 21 de março de 1927, *Três Cartas de P.H. Rolfs dirigidas a Arquimedes Pereira Guimarães*, Publicação da UFV, Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa, caixa avulsa, sem data.

<sup>xi</sup> Arsene Puttemans era arquiteto e paisagista. Ele foi responsável por um dos projetos arquitetônicos da ESALQ e também executou serviços a cargo do Ministério da Agricultura (Guimarães, 1934: 39)

<sup>xii</sup> Decreto n. 7274 de 23/02/31. Para Sabino Fiúza (1934: 37), este fato foi um último golpe ao grupo mais resistente do corpo docente da escola às mudanças que se aprontavam, como a entrega do imenso prédio de S. B. das Lages ao Governo Federal.

<sup>xiii</sup> A notícia da transferência da escola provisoriamente para a antiga Hospedaria dos Imigrantes chegou inclusive a abalar a saúde do Prof. João Pimenta e a levar o Prof. Candido Ribeiro a exonerar-se

<sup>xiv</sup> APEB, Fundo SAIC, *Resumo sobre o Ensino Agrícola*, 1931, Cx. 2466, Doc. 1422.

<sup>xv</sup> APEB, Fundo SAIC, *Projeto de Reorganização da Escola Agrícola da Bahia*, 1931, cx. 2418, m. 236, doc. 1261.

<sup>xvi</sup> a) Agronomia e produção vegetal; b) zootecnia e produção animal; c) química agrícola e tecnologia rural

<sup>xvii</sup> A emergência da agrônômica é um processo que está em constante diálogo com os interlocutores do processo de afirmação e reconhecimento do ensino superior (Mendonça, 1999), bem como à construção de uma idéia de sertão e da construção de um discurso da ciência política e de seus profissionais a esta localidade (Lima, 1998).

<sup>xviii</sup> Neste caso o processo observado por Mendonça (1999: 194) continua depois de 1930 no sentido de ocultar ainda mais a excelência da ESALQ e das suas seguidoras como a Escola de Agricultura da Bahia e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa.

<sup>xix</sup> Uma vez que a obtenção do diploma foi se tornando cada vez mais uma forma de ascensão da classe média da sociedade baiana, a formação de um profissional mais generalista também abriu espaço para as idéias sobre o cooperativismo, buscando a padronização produtiva como na ENA (Mendonça, 1999: 48). Curiosamente é a partir da década de 1940 que alguns professores e alunos fizeram suas especializações ou mantiveram-se atualizados aos desenvolvimentos da Economia Rural nos Estados Unidos, deslocando também a explicação dos males do Brasil do trabalhador rural para a atitude das classes dominantes e para a estrutura fundiária (Lima, 1998: 150). Este deslocamento também proporcionou a criação de atividades práticas às cadeiras de economia com a coleta de informações estatísticas da produção das propriedades.